

QUESTÕES ATUAIS DE BIOÉTICA

José de Souza Fernandes
Seminário Provincial do Coração
Eucarístico de Jesus

L ADUSÃNS, Stanislavs, (org.), *Questões Atuais de Bioética. Investigações filosóficas da atualidade*, Ed. Loyola, São Paulo, 1990, 375 pp.

1. A segunda metade do século XX é, sem dúvida, um período de novidades no campo das ciências experimentais e da técnica, o qual conduzirá a uma transformação cultural historicamente significativa (cf. a obra em resenha, p. 59). As novas fronteiras da biologia e da medicina suscitaram interrogações complexas (p. 5), as quais envolveram as ciências jurídicas, filosóficas, teológicas e outras práticas científicas afins. Este contexto cunhou uma nova disciplina chamada *bioética*, destinada a indicar aquele saber que examina e discute as implicações éticas da moderna biologia e da medicina (p. 61).

2. A obra apreciada, trabalho organizado pelo Pe. Ladusãns, é uma coletânea de artigos sobre diferentes temas de *bioética*. Ela hospeda diversos autores estrangeiros e originou-se do 19º Colóquio Filosófico Internacional sobre as Questões de Bioética. Ela se apresenta estruturada em cinco partes. A primeira, de caráter comentarístico, é introduzida com a transcrição do pronunciamento da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, 1987, intitulado *Donum Vitae: Instrução sobre o respeito à vida humana nascente e a dignidade da procriação* (pp. 13-44). A obra se estrutura em função de tal documento.

A primeira parte lhe dedica um breve comentário (R. Luño, pp. 45-56). A segunda parte se refere à dimensão bio-científico-tecnológica. Nela, o Pe. A. Serra nos põe em contato com uma série de ricas informações sobre os avanços das ciências experimentais e, simultaneamente, nos dá uma avaliação ponderada das novas fronteiras da biologia e da medicina, e os respectivos questionamentos no campo do direito, da filosofia e da teologia (pp. 57-130). A terceira parte trata da dimensão filosófica, levantando questões de interesse intercientífico. Impossível enumerá-las no momento. Assumida em sete artigos pelos professores Caturelli, B. Mondin, Mons. Otávio N. Derisi, A. B. F. Del Valle, C. I. Massini Correias, H. Jorge Padrón e Mons. Elio Sgreccia (pp. 131-252), apresenta as premissas metafísicas da bioética, a metafísica da pessoa como fundamento da bioética, a questão do direito à vida, a ética ante o problema do aborto, a eticidade da técnica de fecundação *in vitro*, problemas da formação humanística do médico e da investigação biomédica e, por fim, algumas considerações sobre a nova disciplina chamada bioética, história do conceito e fundamentos desta. A quarta parte trata da dimensão teológica. Aí são feitas algumas considerações sobre os problema decorrentes da engenharia genética (Mons. Elio Sgreccia, pp. 255-283); problemas de investigação e aplicação; sobre a ética da sexualidade e da procriação: a contracepção, procriação responsável e as condições éticas e métodos (Mons. D. Tettamanzi, pp. 285-299); sobre a ética da reprodução humana artificial (D. Tettamanzi, pp. 301-315); sobre a questão do direito à vida no código de Direito Canônico e na nova Constituição brasileira (J. Hortal Sánchez, pp. 317-325) e sobre o método GIFT, apresentado por Nicola Garcia (pp. 327-333). Finalmente, a quinta parte é a dimensão conclusivo-integrante da obra, apresentando uma espécie de carta sobre os direitos humanos e os direitos do embrião (Prof. Abelardo Lobato, pp. 337-360) e o Documento do Centro de Bioética da Faculdade de Medicina e Cirurgia "A. Gemelli", da Universidade Católica do S. Coração de Roma, sobre a identidade e estatuto do embrião humano (pp. 361-373).

3. A obra em apreço, bastante extensa, oferece um tratamento de diversos temas concernentes aos problemas de bioética. Uma primeira dificuldade que impede que se apresente uma visão completa e exaustiva de todos os problemas ali levantados. Além disto, a participação de vários autores na obra cria uma segunda dificuldade, que impede de apresentar uma idéia geral da mesma. Uma grande vantagem, todavia, é a freqüência de citações e acenos a determinados pontos que os autores da obra possuem em comum, embora tratem de temas diferentes. Os

respectivos autores têm a instrução *Donum Vitae* como chave de leitura das questões atuais de bioética, mesmo se em maneira graduada de um para outro autor.

O procedimento desta nota bibliográfica adotará o seguinte critério de apresentação: serão selecionadas algumas relevantes questões levantadas por alguns autores da obra, as quais virão acompanhadas por uma breve apreciação que pretende apenas trazer à memória do leitor a consciência da crescente complexidade do horizonte hermenêutico das questões de bioética. Que o presente leitor espere da discussão aberta desta incompleta nota bibliográfica apenas alguns elementos para um início de conversa que pretende incentivar a leitura da obra em questão, da qual sem dúvida se poderá tirar bastante proveito, e com a qual estabelecer um diálogo enriquecedor no campo da bioética.

4. Com relação à primeira parte, o comentário sobre o pronunciamento da Sagrada Congregação expresso na *Donum Vitae* poderia ser ainda mais rico se tivesse aprofundado outros elementos, tais como a problemática de uma leitura crítica dos documentos do Magistério. Uma leitura crítica do documento seria habilitada a mostrar o porquê das reações contrárias e resistências ao mesmo, da parte de um certo público talvez até numeroso. Desnecessário lembrar que uma tal leitura crítica do documento não pretenderia, de forma alguma, privar o Magistério da Igreja do seu “dever” e “autoridade” de falar sobre tais questões! O Magistério não só tem o direito, mas também o dever de se pronunciar neste campo, mesmo que se compreenda sua autoridade de ensinamento diversamente graduada daquela sua genuína autoridade *in rebus fidei*. Uma leitura crítica da instrução, no que se refere à competência do Magistério *in rebus morum*, não significa destituí-lo da sua imprescindível missão no âmbito do ensinamento moral da comunidade eclesial e de todos os homens de boa vontade. Dirigir-se aos homens de boa vontade pressupõe todavia plausibilidade das argumentações.

5. Outra questão é a crítica dirigida por alguns autores da obra a alguns teólogos que, segundo esta, teriam afirmado que a obtenção do sêmen pode ser lícita pela masturbação em casos de uma inseminação artificial homóloga, ou que o embrião humano é apenas pessoa em potencial (pp. 144; 173). Talvez, o contato com a obra do autor criticado nos remetesse a uma visão mais ampla da problemática acenada.

6. Depois, não com rara frequência, aparece ao longo da obra a seguinte afirmação: “O embrião é ~~p~~essoa humana desde a fecun-

dação" (pp. 370; 173; 7). Logo na introdução da obra, o leitor pode deparar-se com esta afirmação, a qual poderá causar certa dificuldade na leitura, se se tem em consideração a complexidade de tal afirmação do ponto de vista filosófico, metafísico, das ciências experimentais e, até mesmo, teológico. É fora de discussão que para o processo biológico, visto na sua globalidade, o fruto da concepção será uma pessoa humana e não um cavalo. Portanto, é lógico reter que o princípio ontológico e operativo deste permanente autotranscendimento esteja presente e igualmente operante desde o primeiro instante¹. Desde a concepção, a estrutura celular do ser geneticamente novo passa por períodos de aperfeiçoamento e por uma atuação graduada e sempre mais elevada. É operante desde o primeiro instante da fecundação um permanente processo de autotranscendimento, o qual é linear e, portanto, não admite saltos de qualidade. Daí que parece estranha e infundada a opinião que tenta distinguir estágios de vida pré-pessoal e vida pessoal. Se, de um lado, parece incorreta a posição que tenta apoiar a sua argumentação num estágio tardio da vida biológica humana, a fim de encontrar uma potência pura à racionalidade (se pense, neste caso, naquela corrente de pensamento mais extremista que admite falar de pessoa humana somente quando existe a possibilidade de conversar com os outros), do outro lado, se apresenta como inadequada a posição que aplica o termo *pessoa humana* desde a fecundação; tal aplicação soa forte demais aos ouvidos do leitor. A obra poderia apresentar a problemática noutros termos e isto não significaria, todavia, cair numa argumentação que desse espaço para interpretações reducionistas. A rigor, convém falar que a vida orgânica começa com a fecundação, a "vida relacional" com o aninhamento. A partir deste momento seria mais cauteloso falar do embrião como pessoa humana em potência. Tal pessoa humana em potência não é autenticamente uma pessoa humana em ato, embora esteja inserida em um processo de autotranscendimento. No momento imediato à concepção não existe pessoa humana em ato, porque a sua existência não se abre ainda à dimensão da comunicação simbólica. Com tal maneira de argumentar não se entende fornecer ou cavar algum fundamento para a legitimação do aborto e das experimentações com os embriões (neste último caso, exceto as que fossem em benefício terapêutico do próprio embrião), cuja prática fosse justificada dentro daquele período de tempo. Um gênero de argumentação assim tão artificiosa não passaria de uma caricatura da verdade no campo da bioética.

1. DEMMER, K., "Gene technologies and man: the ethical implications of a contemporary challenge", in AA. VV., *Human life: its beginnings and development*, Bioethical reflections by catholic scholars, Louvain-la-Neuve 1988, p. 327.

7. Outra questão levantada ao longo da obra, relacionada com a anterior, aparece assim formulada: "*Deus infunde a forma*

substancial que faz com que o embrião seja embrião humano" (p. 137). A propósito desta problemática, a obra parece pouco cautelosa. Ora, para uma metafísica que se demonstre autêntica, justamente pelo tipo exato da sua demonstração da existência de Deus, que no fundo é única, Deus é a condição igualmente imediata da possibilidade de todo ente. Por isso, a prova da existência de Deus e a prova daquilo que a metafísica e a teologia cristã chamam conservação e concurso imediato da parte de Deus são idênticas. Ora, justamente por isso, Deus não pode ser um momento da e na inteira realidade. Ao contrário, é o fundamento transcendente da inteira realidade que em si é múltipla. Por isso, também para uma pura metafísica, Deus não pode "aparecer" confuso entre os outros. A sua atividade não é um momento da nossa experiência (...). O agir de Deus não é "categorial", porque não realiza alguma coisa não operada pela criatura, nem se justapõe ao agir da criatura. Ele torna somente possível à criatura superar e transcender o próprio agir. A criatura está por princípio sempre nesta situação que compete à sua essência. Não se pode nunca e de nenhum modo pensar a transcendentalidade do agir de Deus com relação às criaturas como um sustentar em maneira puramente estática o mundo. Deus ampara o mundo, que se transforma superando-se necessariamente em determinados momentos da história, sem que a ação com a qual Deus torna possível tal auto-superamento seja determinada por um ponto do tempo ou implique uma sua intervenção milagrosa e categorial no mundo². Deus cria a alma imediatamente à concepção, porém se deve examinar o sentido do termo "imediato", pois a ação de Deus é uma ação transcendente e absoluta, não contingente e não dependente de terceiros, ou de uma relação sexual.

2. RAHNER, K., *Il problema dell'ominizzazione*, Brescia 1969.

8. A questão da ação do "*homem Imago-Dei*", colaborador de Deus criador e de Cristo redentor". O autor a explica nos seguintes termos: "*o homem deve acatar filialmente e com amor a Lei ou Vontade de Deus*" (p. 188). Esta questão tem como pano de fundo a antiga discussão sobre o teorema da lei moral natural, o qual se encontra explicitamente acenado por um dos escritos da obra, tendo como ponto de referência a concepção de lei moral natural implícita na *Humanae Vitae* (cf. O. Derisi, pp. 182-188). Quanto à vontade de Deus nas específicas situações do agir moral, o cristão não dispõe de alguma evidência racional e moral, a qual o dispense do exercício da razão. Deus confia ao homem o governo de providenciar e aperfeiçoar o critério do seu agir, tendo como base o critério da responsabilidade. A criação deverá corresponder à vontade do Pai celeste. O recurso direto que se faz com frequência na moral católica à regra normativa "von-

tade de Deus" têm sido, quase sempre, mais a representação de um irrefletido positivismo moral do que a correta compreensão do significado de tal apelo ético. A vontade de Deus não exprime uma autoridade heteronômica de Deus em competição com a responsável autodeterminação humana. A vontade de Deus deve ser ensinada em base à doutrina clássica da analogia do ser³. À luz deste princípio se deve decifrar a complexa teologia do agir moral em chave antropológica. Tal perspectiva estabelece os parâmetros para uma nova concepção da lei moral natural aberta às categorias antropológicas, ontológicas e teológicas (Revelação), a qual não vai confundida como imanentismo da razão.

9. Os autores da obra estão de acordo em não assumir acriticamente os resultados da biologia moderna. O homem não se reduz apenas à dimensão biológica. As ciências biológicas não dispõem de uma visão antropológica globalizante e transcendente. Não é sua função mediar tal solicitação do saber da bioética. Os avanços das ciências biomédicas e tecnológicas abriram fronteiras inesperadas, tais como a possibilidade de reduzir e remover os sofrimentos que vêm atormentando a vida humana, impondo um fardo pesado sobre alguns, assim como, simultaneamente, colocando-os no risco de um possível desfalecimento moral e espiritual. Para muitos sofrimentos a genética providenciou uma explicação melhor do que a filosofia e a teologia. É uma questão de desordem genética. Hoje, o indivíduo sabe por que ele não pode fazer certas coisas, quando outros sim. O DNA é a nova chave de leitura da vida, mediante a qual se obtém um código de informações genéticas do indivíduo. Futuramente, a possível intervenção neste livro da vida poderá exercer um controle sobre inúmeras doenças, através de sofisticadíssimas técnicas da engenharia genética e genoterapia (pp. 62-94). Certamente, a teologia do sofrimento que respondera aos problemas de uma época não perderá o seu lugar, mas terá que passar por uma mudança de paradigma de compreensão da realidade.

A possibilidade de remover as desordens genéticas e suas conseqüentes doenças (diabetes, doenças do coração, atrofia, tumores, síndromes, etc.) pode ser considerada um bem para a humanidade. As conquistas que se têm alcançado rumo a tais aspirações humanas são notavelmente significativas. Muita coisa será possível. Será muito importante e necessário, porém, proceder com cautela neste campo. Como disse muito bem um dos autores da obra em questão: "(...) não deverá prescindir de avaliar os riscos e danos de qualquer ordem, para o homem mesmo, antes de mais nada, que a aplicação e os resultados poderão provocar;

3. DEMMER, K., "Theological Argument and Hermeneutics in Bioethics", in E. D. Pellegrino; J. P. Langan e H. C. Harvey (orgs.), *Catholic perspectives on Medical Morals*, Boston 1989, p. 105; Id., *Leben in Menschenhand*. Grundlagen des bioethischen Gesprächs, Freiburg i. Br. 1987.

e sobre a base desta avaliação decidir não só sobre o prosseguimento, mas também, e sobretudo, sobre o início de uma dada investigação" (p. 127). "O problema dos limites não pode ser evadido. Na realidade, é um problema de 'responsabilidade' do qual ninguém pode se subtrair" (p. 125).

10. Hoje, mais do que nunca, urge promover no Brasil encontros e debates, que sirvam ao esclarecimento dos problemas e dos pressupostos no campo da bioética. O progresso do pensamento nesta área não poderá deixar de considerar o diálogo entre as diversas ciências e as várias escolas. Como bem exprimira J. Habermas, *a disputa das escolas foi sempre o medium propício ao desenvolvimento do filosofar*⁴. O mesmo vale em termos de bioética. À luz deste pressuposto também se acolhe com reconhecimento a obra coordenada pelo Pe. Ladusâns, a qual, sem dúvida, rica de informações preciosas, poderá dar a sua contribuição para o desenvolvimento do debate sobre as questões de bioética na literatura de língua portuguesa. Haja vista, o trabalho do Pe. A. Serra que se distingue pela seriedade e rigor de informações, tanto do ponto de vista científico-biomédico como pela ponderação da sua argumentação. De mais a mais, o Pe. Ladusâns se exprime com o objetivo de poder beneficiar grandemente os médicos, as universidades e faculdades de medicina, os homens públicos, bem como a ação pastoral da Igreja. Segundo ele, *"a obra é um manual científico em verdade. O novo lançamento é de grande importância para o mundo atual, atormentado pelas ideologias; constitui hoje um subsídio muito valioso para a meditação profunda, para a investigação penetrante e um discernimento acertado (...)"* (p. 8). Tenho, porém, algum receio quanto a isto. Os problemas suscitados, nas fronteiras das ciências biomédicas, tecnológicas, jurídicas, filosóficas, teológicas e humanas em geral, não são questões simples. Não se pode renunciar ao diálogo entre fé e ciência. Talvez, em lugar de *"dar respostas globais às perguntas perenes"*, assim como se propõe o Pe. Ladusâns, fosse preferível e mais cauteloso o caminho de uma reflexão que se esforçasse ao máximo para atingir um juízo, cuja precisão e desenvolvimento correspondesse mais à complexidade dos problemas levantados no campo da bioética. Com isto poder-se-ia evitar o total aniquilamento do diálogo entre teologia e ciências, entre filosofia cristã e as demais ciências. O mesmo autor ainda afirma que *"a filosofia, sendo um conhecimento da verdade, não pode não harmonizar com a verdade manifestada positivamente por Deus, fonte última de toda e qualquer verdade. A verdade não pode ofuscar a verdade, como a luz não pode obscurecer a luz"* (p. 6). Certo. Acontece que em termos éticos a Revelação não contém em si critérios imediatamente aplicáveis à função

4. HABERMAS, J., "Motivos de pensamento pós-metafísico", *Revista Filosófica Brasileira*, vol. IV, 4 (1989):25.

de modelar a ordem intramundana, ainda que na mensagem bíblica se encontre um quadro geral, a partir do qual se desdobra um referimento para o discurso ético. A fé não aparece nos confins da razão e não pode ser concebida sob o ponto de vista de uma função subsidiária, no sentido de preencher as lacunas da razão⁵. A verdade manifestada positivamente por Deus no evento-Cristo é a verdade absoluta da história, do homem e do seu agir; porém, em virtude da sua imanente estrutura escatológica e porque essa não se coloca nos confins da razão, tal revelação não fornece nenhum conteúdo sobre o que é a verdade do ponto de vista da evidência racional e moral nas específicas situações da história. Ao invés, a fé sensibiliza o discernimento moral e a razão humana, habilitando a consciência sintética do cristão, entre o sistema das coordenadas antropológicas estabelecidas, a ler criticamente os modelos disponíveis de ponderação e a descobrir novos modos para enfrentar a permanente conflitualidade. A fé não atenua os riscos inerentes ao raciocínio moral, porque ela não pode remover a complexidade dos problemas e a conflitualidade da condição humana enquanto históricas.

5. DEMMER, K., "Il 'nuovo' nella attuale problematica intorno allo specifico dell'etica cristiana, in L. Alvarez-Verdes (org.), *Il problema del nuovo nella teologia morale*, Roma 1986, pp. 94-96.

Endereço do autor:
Av. 31 de Março, 1020
30530 — Belo Horizonte — MG

SÍNTESE NOVA FASE
51 (1990): 117-124